



CNPJ: 16.928.483/0001-29
Praça Olímpio Campos, nº 128 - Centro
São João da Ponte - MG.
CEP: 39.430-000
Fone: (38)3234-1634

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 064/2022 PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS REGULARMENTE INSCRITOS NO JUCEMG.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2022**

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.928.483/0001-29, com sede administrativa na Praça Olímpio Campos, 128 - Centro - São João da Ponte - MG, CEP: 39.430 -00, neste ato representado pelo Prefeito o Sr. **Danilo Wagner Veloso**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Honorato Campos, 133 - Centro em São João da Ponte - MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 776.042.026-91, portador da cédula de identidade nº MG 11998234 SSP-MG, e o Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, Sr. **Hudson Aparecido Almeida**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 839.519.706-34 residente e domiciliado à Rua Gerônimo Aguiar, nº 210 B, Bairro das Pedras, São João da Ponte - MG, doravante denominados **CONTRATANTES** e **Sandra de Fátima Santos**, inscrito no CPF sob o nº: 830.154.696-49, Leiloeira Oficial, com endereço Rua Voluntário da Pátria, nº198, Apto 801, Edifício Ouro Verde - Bairro Centro - Visconde do Rio Branco - MG, registro na JUCEMG 1061, doravante denominada **CONTRATADO**, resolvem em comum acordo celebrar o presente termo aditivo de prorrogação de vigência do **contrato administrativo nº. 064/2022** celebrado em 11/07/2022, em face do desfecho do Processo Administrativo nº 029/2022 - Inexigibilidade de Licitação nº 005/2022 - Credenciamento de Leiloeiros Oficiais - 002/2022, e que tem como objeto o credenciamento de Leiloeiros Oficiais regularmente inscritos na JUCEMG, para futura celebração de contrato de prestação de serviços de leilões administrativos em caráter temporário e sem exclusividade, para desenvolvimento das atividades, sem vínculo empregatício, na esfera extrajudicial, de acordo com a necessidade dos serviços, com fulcro no art. 57, § 2º da Lei Federal 8.666/93 e alterações, em observância ao teor da justificativa e de acordo ainda com as cláusulas seguintes:

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Administração Recursos Humanos;

CONSIDERANDO que o credenciamento dos leiloeiros ocorrerá para atender uma demanda de alienação ainda imprevisível de bens inservíveis, que deverá ocorrer ao longo de todo o exercício;

CONSIDERANDO que os leiloeiros são contratados a cada demanda Municipal e a própria existência de recursos financeiros oriundos das alienações originará a possibilidade de aquisição de novos bens para suprir uma nova necessidade e substituir bens inalienáveis existentes no inventário de bens;

CONSIDERANDO que a continuidade administrativa é um dos objetivos a serem perseguidos pela Administração Pública;

CONSIDERANDO o interesse público, da necessidade administrativa e da vantagem para a Administração pública que está contratando nas mesmas condições previstas no Contrato, o que importa em economia e atende ao princípio da economicidade em dar prosseguimento ao Contrato nos mesmos termos;

CONSIDERANDO a existência de interesse da Contratada de continuar com a execução contratual, bem como da Contratante;

CONSIDERANDO o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no Processo Administrativo nº 029/2022 - Inexigibilidade de Licitação nº 005/2022 - Credenciamento de Leiloeiros Oficiais - 002/2022;



CNPJ: 16.928.483/0001-29
Praça Olímpio Campos, nº 128 - Centro
São João da Ponte - MG.
CEP: 39.430-000
Fone: (38)3234-1634

CONSIDERANDO que a prorrogação contratual está estabelecido no art. 57, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.

CONSIDERANDO por fim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede ao pré-falado Termo Aditivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da Vigência do Contrato Administrativo

1.1 Fica prorrogada a vigência contratual do contrato administrativo nº 064/2022, para execução do referido serviço, até **10 de julho de 2024**, conforme o disposto no Artigo 57, II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Rubrica Orçamentária

As despesas para a execução deste Termo Aditivo correrão à conta do orçamento específico:

020204.122.0001.2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM. DO RH
3339039000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 15010000 4221
3339039000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 15000000 2997
3339036000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 15000000 3000

CLÁUSULA TERCEIRA - Demais Cláusulas

Esta alteração vigora a partir de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições já existentes no contrato original.

Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo celebrado em 11 de julho de 2022, e que não forem alcançadas pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

E por acharem em perfeito acordo, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o na presença de duas testemunhas em duas vias de igual teor e para um só efeito.

São João da Ponte MG, 10 de julho de 2023.

Danilo Wagner Veloso
Prefeito Municipal
Humanos

Hudson Aparecido Almeida
Secretário de Administração e Recursos

Charles Jeffersson Santos
Procurador Geral do Município

Sandra de Fátima Santos
CPF: 830.154696-49
JUCEMG 1061
LEILOEIRA OFICIAL

Testemunhas:

1 _____ CPF: _____
2 _____ CPF: _____